

30 de setembro a 4 de outubro
Ponta Grossa - PR - Brasil

PLANEJAMENTO FINANCEIRO DA APOSENTADORIA

RETIREMENT FINANCIAL PLANNING

ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS PESSOAIS

Poliana Alvarez Francisco, IFSP Caraguatatuba, Brasil, poliana.alvarez@hotmail.com

Marlette CassiaOliveira Ferreira, IFSP Caraguatatuba, Brasil, marlettecassia@gmail.com

Resumo

No atual cenário brasileiro a discussão no meio político sobre a reforma da previdência tem ganhado espaço nos noticiários e preocupação por parte da sociedade. O crescimento da expectativa de vida dos brasileiros e o aumento da população idosa também gera preocupação, pois, no atual modelo da previdência social, quem trabalha contribui compulsoriamente para quem já está aposentado. Esta pesquisa buscou identificar o ciclo da vida financeira do indivíduo, e seu conhecimento financeiro, para entender como a Teoria do Comportamento Planejado e a Teoria estendida do comportamento orientado por Meta podem influencia no planejamento financeiro para aposentadoria. Para isto, utilizou-se da técnica de *survey*, em que foram coletados dados de 136 respondentes e analisados por meio de modelagem de equações estruturais. Foi possível concluir que indivíduos com pouco conhecimento financeiro tendem a não planejar financeiramente sua aposentadoria. E que a estipulação de metas podem influenciar positivamente no processo de planejamento independente do ciclo de vida financeiro que o indivíduo esteja. Este trabalho contribuiu ao estabelecer a importância do planejamento financeiro da aposentadoria.

Palavras-chave: Ciclo de vida; Aposentadoria; Planejamento Financeiro; Previdência Social.

Abstract

In the current Brazilian scenario, the political debate about social security reform has gained space in the news and concern on the part of society. The growth in life expectancy of Brazilians and the increase in the elderly population also raises concern, because in the current model of social security, those who work compulsorily contribute to those who are already retired. This research sought to identify the individual's financial life cycle and financial knowledge to understand how the Planned Behavior Theory and the Goal-oriented Extended Theory of Behavior can influence retirement financial planning. For this, we used the survey technique, which collected data from 136 respondents and analyzed through structural equation modeling. It was concluded that individuals with little financial knowledge tend not to plan their retirement financially. And that goal setting can positively influence the planning process regardless of the individual's financial life cycle. This work contributed by establishing the importance of retirement financial planning.

Keywords: *Life cycle; Retirement; Financial planning; Social Security.*

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, com o objetivo de proteger e garantir a segurança do povo frente aos riscos sociais, o art.194 da Constituição Federal de 1988 assegura os direitos à saúde, à previdência e à assistência social, que formam o tripé da seguridade social. Atualmente as discussões políticas em torno do assunto da reforma da previdência, fizeram com que o tema aposentadoria fosse

mais discutido não só entre os que estão prestes a se aposentar, mas, também pelos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho. (Gouveia, Souza & Rego, 2018). Nos últimos anos o Brasil tem apresentado um grande crescimento na renda e na qualidade de vida, mas a manutenção desse padrão de vida após a aposentadoria é um fato cercado de incertezas, visto que todos estão sujeitos a riscos sociais, como velhice, invalidez, doenças entre outros. (Dietrich & Braido, 2016) Esse aumento da expectativa de vida dos brasileiros e a diminuição da natalidade, resultam em um aumento da população idosa e, conseqüentemente, na diminuição da população produtiva do país. Ao todo, a expectativa de vida aumentou 30 anos entre 1940 e 2017, chegando à 76 anos. Em 2017, de cada mil idosos com 65 anos, 632 completariam 80 anos. As expectativas de vida ao atingir 80 anos, em 2017, foram de 10 e 8 anos para mulheres e homens, respectivamente (IBGE, 2018).

De acordo com os boletins estatísticos dos últimos anos da Previdência Social, o sistema de previdência público vem apresentando um constante déficit orçamentário, isso porque as contribuições dos trabalhadores da ativa não estão sendo suficientes para suprir as despesas geradas pelos inativos (Calixto, 2007).

O planejamento de aposentadoria tem dois aspectos. Um deles seria a responsabilidade do governo em apoiar aposentados durante a aposentadoria, e o outro, a responsabilidade dos indivíduos de planejar sua aposentadoria, investindo e economizando dinheiro suficiente para suas necessidades em anos de aposentadoria (Kimiyağhalam, Mansori, Safari & Yap, 2017).

O ciclo da vida financeira do indivíduo consiste em juventude, de 0 a 49 anos, onde se acumula riquezas; meia idade, de 50 até 65 anos, período em que se manteria uma vida conservadora, e aposentadoria, acima de 65 anos, em que o indivíduo aproveitaria tudo o que acumulou. Estar pronto para desfrutar da aposentadoria é um desafio que deve ser considerado. (Modigliani, 1986).

Para isso é importante que se tenha Educação Financeira, pois é a Educação Financeira que prepara as pessoas para lidar com as situações complexas que envolvem as questões financeiras (Amadeu, 2009). A qualidade das decisões financeiras tomadas pelos indivíduos depende de seus conhecimentos, habilidades e atitudes financeiras, sendo assim o bem-estar de uma população depende do quão alfabetizada financeiramente ela é (Felipe, Ceribeli & Lana, 2017). A Educação Financeira seria o processo de desenvolvimento de habilidades que facilitam que as pessoas tomem decisões certas, realizando assim uma boa gestão de suas finanças pessoais. Então, pode-se dizer que a Educação Financeira tem relação com o conhecimento. (Potrich, Vieira & Ceretta, 2013).

A crença do indivíduo sobre o grau de facilidade ou dificuldade de desempenhar um determinado comportamento, o Controle Comportamental Percebido, atenta para o controle cognitivo como um aspecto importante do comportamento humano (Ajzen, 1991). Utilizando a teoria do comportamento planejado pode-se identificar que existe influência do comportamento financeiro dos pais sobre o planejamento de aposentadoria dos filhos (Kimiyağhalam et al., 2017), e que a Educação Financeira influencia nas decisões de consumo, investimento e também de endividamento (Amadeu, 2009).

Visando suprir as lacunas deixadas pelo sistema público brasileiro de previdência, o planejamento financeiro é de suma importância para as pessoas que pretendem atingir seus objetivos financeiros e patrimoniais, bem como garantir uma renda que garanta manter seu estilo de vida e ter tranquilidade na aposentadoria (Calixto, 2007).

Kimiyağhalam et al. (2017) sugerem que examinem o efeito de normas subjetivas e controle comportamental percebido no planejamento da aposentadoria para investigar os fatores que afetam o planejamento da aposentadoria, nenhuma pesquisa foi realizada no Brasil, o que justifica esta pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os fatores que afetam o planejamento financeiro para aposentadoria utilizando como ferramenta a Teoria do Comportamento Planejado, e a Teoria estendida do Comportamento Orientado por Meta, identificando o ciclo da vida financeira do indivíduo e seu conhecimento financeiro.

2. SUPORTE TEÓRICO

2.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA APOSENTADORIA

O planejamento financeiro é o “processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal” (Macedo Jr, 2010). É de grande importância para as pessoas que pretendem atingir seus objetivos financeiros e patrimoniais, e garantir uma renda que possa manter seu estilo de vida e ter tranquilidade na aposentadoria (Calixto, 2007).

Este planejamento vai muito além do controle das despesas, envolve controle de gastos, definição e revisão periódica de metas e, investimentos e avaliação dos progressos que estão sendo feitos. Deve ser elaborado a curto, médio e longo prazo, sendo flexível e alterado de acordo com os objetivos e expectativas de cada pessoa. Envolve questões financeiras, sociais, culturais e psicológicas e para que seja eficiente é necessário o conhecimento de algumas técnicas contábeis e noções do mercado financeiro. Quanto maior for o conhecimento econômico e financeiro de uma pessoa, maiores serão suas chances de êxito do seu planejamento financeiro ao longo da vida (Calixto, 2007).

De modo geral o planejamento financeiro pessoal é a explicitação das formas como viabilizem-se os recursos necessários para atingir nossos objetivos (Cherobim, 2010).

Os brasileiros não apresentam o hábito de poupar pensando em garantir o futuro de suas famílias. As heranças deixadas para seus descendentes podem ser consideradas como acidentais (Neri, Carvalho & Nascimento, 1999).

A percepção das pessoas sobre o sistema de Previdência Social exerce influência na decisão de aderir aos planos de previdência complementar, porém o fato predominante nesta decisão é o da capacidade individual de poupar (Mallmann, 2004).

O planejamento financeiro para a aposentadoria, não é feito pela maioria dos indivíduos, mesmo dentre estudantes de finanças. Neste universo os que realizam este planejamento utilizam a previdência privada como principal investimento, e aqueles que não realizam alegam a falta de recursos para poupar e investir. O nível de conhecimento de finanças pessoais e de itens relacionados à previdência social é maior dentre os estudantes que realizam um planejamento financeiro pessoal para a aposentadoria (Dietrich & Braido, 2016). Ainda dentro deste universo pode se identificar não só uma gestão financeira eficiente, mas também um perfil de consumo consciente (Braido, 2014).

Ao se aproximar da aposentadoria, espera-se que o indivíduo já terá formado um patrimônio, conquistado casa própria, automóvel e os filhos já estarão criados, com isso as despesas tendem a diminuir. Por este motivo, analistas dizem que ao se aposentar o indivíduo precisa ter de 70% a 80% da renda que estiver recebendo um pouco antes de ocorrer à aposentadoria, e isso só será possível mediante um planejamento financeiro (Luquet, 2001).

2.2 CICLO DE VIDA

O modelo do Ciclo de Vida Financeiro de Franco Modigliani, ganhador do Prêmio Nobel em 1986 em economia, é desenvolvido e apresentado em vários artigos, e divide em *juventude*, de 0 a 49 anos, onde se acumula riquezas; *meia idade*, de 50 até 65 anos, período em que se manteria uma vida conservadora, e *aposentadoria*, acima de 65 anos, em que o indivíduo aproveitaria tudo o que acumulou, pois o estágio em que a pessoa se encontra ao longo do

ciclo de vida e as expectativas com relação ao futuro determinam o consumo e a poupança individual. Os indivíduos poupam ou gastam ao longo do seu ciclo de vida e “despoupam” quando jovens e não possuem ou possuem pouca renda; poupam quando adultos e “despoupam” na velhice (Modigliani & Brumberg, 1954).

A poupança para a aposentadoria vem do desejo de manter um padrão estável de consumo ao longo da vida, em função disso, os indivíduos deveriam abrir mão de uma parcela de consumo durante a vida ativa para estabilizar o padrão de consumo na velhice, pois a propensão humana a consumir fora da renda depende da sua idade, por isso o modelo de ciclo de vida se destina a explicar o padrão de poupança dos indivíduos (Modigliani, 1986).

No Brasil a caderneta de poupança é o principal ativo financeiro, e essa popularidade pode ser explicada pelo pequeno valor de renda exigido para a abertura de cadernetas, por sua longa tradição e segurança (Neri et al., 1999). Nesse processo de acumulação de riquezas, o primeiro motivo apresentado para aplicar em poupança é o preventivo, e o segundo é economizar fundos para o futuro, que, conforme esperado, é maior entre os mais jovens, o que é compatível com a teoria do ciclo da vida de Modigliani. (Modigliani, 1986).

Relacionando as teorias de capital humano e de determinação da taxa de poupança (Teoria do Ciclo de Vida e Teoria da Renda Permanente), interpretando educação financeira como parte do capital humano que não é medida pelas medidas de escolaridade convencionais, conclui-se que, enquanto o nível de escolaridade não influencia a taxa de poupança, o nível de Educação Financeira influencia diretamente na decisão de quanto poupar dos indivíduos (Costa & Miranda, 2013). Um conhecimento específico, no caso a Educação Financeira, tem papel fundamental na determinação da decisão de poupar. Apesar de o nível de escolaridade ter um papel importante na determinação da renda, como apontado nas teorias de capital humano inicialmente propostas por Schultz (1961) e Becker (1962), o nível de escolaridade influencia pouco a determinação da taxa de poupança. Um conhecimento específico, no caso a Educação Financeira, tem papel fundamental na determinação da taxa de poupança.

2.3 CONHECIMENTO FINANCEIRO/ EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é um tema de extremamente relevante tanto para jovens quanto para adultos (Aviz 2009). O maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento, porém esse conhecimento não exclui a possibilidade de contrair dívidas. Claudino, Nunes e Silva (2009).

Para efetuar um pagamento, um investimento e tomar crédito, as pessoas necessitam de informação e de algum conhecimento financeiro para tal. Esse conhecimento é conhecido como Educação Financeira. A Educação Financeira influencia nas decisões de consumo, investimento e endividamento (Campbell, 2006; Lusardi, 2007; Amadeu, 2009). Pode ser vista também como um processo de ensino-aprendizagem que permite desenvolver a capacidade financeira do indivíduo, tomar melhores decisões em relação a finanças pessoais, e também ter oportunidade de obter um conhecimento básico relacionado ao dinheiro, como por exemplo: orçamento, poupança e empréstimos (Amadeu, 2009). Pode ainda ser vista como uma medida preventiva, que permite que os indivíduos tenham condições de entender problemas financeiros e gerenciar suas finanças pessoais, evitando o endividamento (Anderloni & Vandone, 2010).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico conceitua educação financeira como um processo em que as pessoas melhoram o seu entendimento sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de forma que, a partir de informação, possam desenvolver habilidades e confiança necessárias para tomar decisões fundamentadas e seguras, aumentando seu bem-estar (OCDE, 2009).

Indivíduos com mais educação financeira poupam mais, uma vez controladas as demais características individuais, sendo assim o nível de escolaridade não influencia a taxa de poupança, mas o nível de educação financeira influencia, diretamente, na decisão de quanto poupar dos indivíduos (Costa & Miranda, 2013). As atitudes financeiras influenciam o comportamento financeiro, mas, não se confirmou que o conhecimento financeiro tem impacto no comportamento financeiro. (Felipe, Ceribeli & Lana, 2017). Pesquisando as variáveis socioeconômicas e demográficas o comportamento financeiro é positivo, mas não satisfatório, pois não têm hábitos de poupar ou manter reserva financeira (Potrich, Vieira & Ceretta, 2013).

As decisões financeiras relacionadas ao planejamento do futuro, como poupança e aposentadoria, estão cada vez mais complexas e exigem dos indivíduos um nível de alfabetização financeira cada vez mais elevado. Destaca-se o menor conhecimento entre as mulheres, nos homens mais idosos e nos indivíduos divorciados ou separados (Lusardi & Tufano, 2009). O conhecimento em conceito sobre finanças, aprendido em disciplinas específicas ou relacionadas, influencia positivamente na tomada de decisões financeiras, independentemente da qualidade de ensino, a qual não foi avaliada neste trabalho (Amadeu, 2009). O conhecimento sobre finanças influencia positivamente a tomada de decisões financeiras, onde o domínio do conceito não implica necessariamente em sua aplicação prática, mas pelo menos em uma consciência quanto à necessidade de prevenção. Com relação à Atitude, pode-se afirmar que o nível de conhecimento financeiro influencia a qualidade das decisões financeiras individuais. Lucci, Zerrenner, Verrone & Santos (2006) A formação acadêmica também contribui para a melhor tomada de decisões de consumo, investimento e poupança dos indivíduos. Contudo existem outras fontes de conhecimento que são relevantes, como a experiência prática e a família. (Vieira, Bataglia, Sereia, Ribeiro & Lohmann, 2009).

Hipótese 1 - Há relação positiva entre o comportamento financeiro e o desejo de comportamento na tomada de decisão sobre o planejamento da aposentadoria.

Hipótese 2 - A educação financeira influencia positivamente o desejo de comportamento do indivíduo para planejar sua aposentadoria.

2.4 TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO - TCP

A Teoria do Comportamento Planejado que possui três variáveis entre elas atitude, normas subjetivas e controle percebido. A atitude é a avaliação negativa ou positiva de um indivíduo sobre a execução de um comportamento de seu interesse, norma subjetiva, é a percepção sobre a pressão social sofrida após realizar ou não um determinado comportamento, e o controle percebido é quando uma pessoa possui os recursos disponíveis e a capacidade de se realizar um determinado comportamento (Ajzen, 1991).

A ação humana é guiada por três tipos de considerações, são elas: crenças comportamentais, que são sobre os possíveis desfechos de comportamento e as avaliações dos resultados, as crenças comportamentais produzem uma atitude desfavorável em relação ao comportamento; crenças normativas, que são sobre as expectativas normativas dos outros e a motivação para cumprir essas expectativas, que resultam em pressão social percebida ou norma subjetiva; e as crenças de controle, que tratam sobre a presença de fatores que podem impedir ou facilitar o desempenho do comportamento e o poder percebido desses fatores, dão origem ao controle comportamental percebido. Desta forma entende-se que a atitude trata do comportamento, as normas subjetivas e a percepção do controle comportamental formam uma intenção comportamental. Quanto mais favorável à atitude, norma subjetiva, e o controle percebido, mais forte será a intenção de realizar o comportamento em questão. Por fim, dado um grau suficiente de controle real sobre o comportamento, espera-se que as pessoas realizem suas intenções quando a oportunidade surgir (Ajzen, 2006).

Utilizando variáveis como, atitude, normas subjetivas e controle comportamental percebido presentes no comportamento do consumidor é possível concluir que a opinião da família e amigos influencia no comportamento (Silva et al., 2014). O controle comportamental e as normas subjetivas influenciam significativamente a disposição de pagar mais, os consumidores dispostos a pagar mais por uma marca de luxo. (Araújo & Loureiro, 2014). O uso da TCP mostrou que as variáveis atitude e normas subjetivas influenciam positivamente o grupo para a utilização produto ou serviço (Mendes Filho, et al 2017).

Estudos tradicionais de finanças abordam os aspectos econômicos, visando às melhores alternativas de investimento, com o objetivo de aumentar o retorno financeiro. No entanto, sabe-se que essas decisões dependem do comportamento do agente, das suas preferências, do ambiente macro e de diversos fatores controláveis e não controláveis. (Flores, Vieira & Coronel, 2013).

Hipótese 3 - O controle comportamental percebido possui relação direta com o desejo de planejamento financeiro da aposentadoria.

2.5 TEORIA DO COMPORTAMENTO ORIENTADO POR META

Boa parte dos comportamentos são orientados por metas, cujo objetivo está em resultados específicos produzidos pelo comportamento e não estão limitadas apenas a resultados finais. O papel das metas no comportamento é bastante complexo, e também afeta vários estágios de tomada de decisão do consumidor. Uma falha da Teoria do Comportamento Planejado foi à negligência em discutir aspectos como a fixação de metas e os esforços para alcançá-la (Bagozzi & Dhaolakia, 1999).

Após identificarem carências na TCP, Perugini e Bagozzi (2001) propuseram uma teoria integrativa das ações do consumidor, conhecida como Teoria do Comportamento Orientado por Meta, considerando já as recentes mudanças sugeridas para melhor explicar a ação, combinando Emoções Antecipadas com desejos, frequência e efeitos recentes de comportamentos passados junto com as variáveis da Teoria do Comportamento Planejado.

2.6 TEORIA ESTENDIDA DO COMPORTAMENTO ORIENTADO POR META

A Teoria do Comportamento Orientado por Meta foi estendida com a inclusão de dois construtos: meta desejável e viabilidade da meta. Meta desejável pode ser definida como a força do desejo de se obter determinado resultado. Viabilidade de meta pode ser entendida como o grau de facilidade ou dificuldade percebida para o alcance desses resultados. Essa definição mostra o valor pessoal a que está ligada uma meta (Perugini e Conner (2000). Essa teoria exerce papel importante no comportamento orientados por meta, e principalmente no estágio de fixação da meta, e deveria ser distinguido do desejo de desempenhar um dado comportamento.

Hipótese 4 - A percepção da plausibilidade da meta leva a um comportamento positivo em relação ao planejamento financeiro da aposentadoria.

Hipótese 5 - A estipulação de metas podem levar a um planejamento financeiro da aposentadoria satisfatório.

2.7 VOLIÇÃO

O conceito de volição pode ser descrito como os pensamentos e comportamentos que são dirigidos para manter a atenção e atingir um objetivo específico. (Garcia, McCann, Turner & Roska (1998).

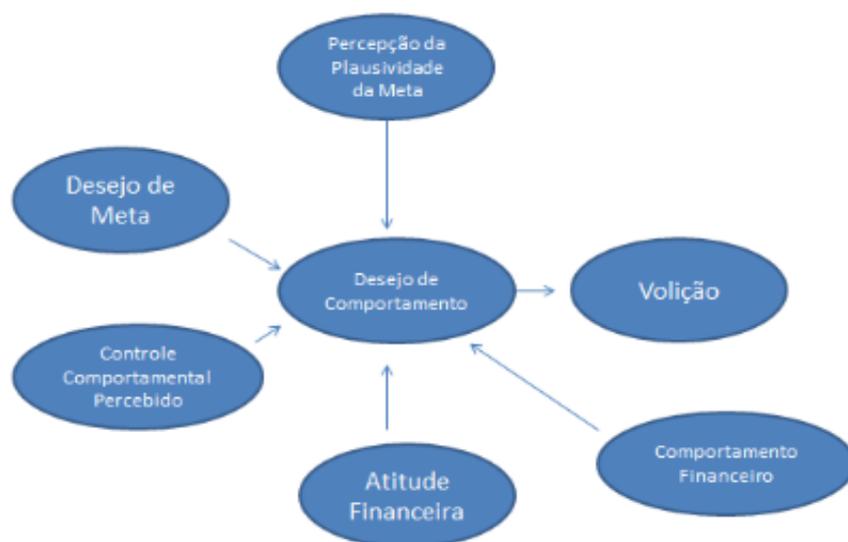
Volição está diretamente vinculada ao elemento de planejamento, especificamente no que diz respeito à formulação de passos necessários para alcançar um objetivo, o acompanhamento de

processos e o direcionamento em casos de impedimentos. Uma vez formadas, as volições são armazenadas e entendidas como necessárias (Goecking, 2006).

Após comparar as teorias da ação para explicar intenções comportamentais e comportamentos reais correspondentes, identificou-se que existe grande correlação entre volição e desejos comportamentais (Goecking, 2006).

Hipótese 6 - A relação entre volição e desejos comportamentais pode levar ao sucesso de um planejamento financeiro da aposentadoria.

2.8 MODELO DE PESQUISA



Fonte: Elaboração dos autores.

3. MÉTODO

Nesta seção serão observadas as variáveis no estudo em questão, as características da amostra, os procedimentos de campo e os critérios de análise. Buscou-se demonstrar as relações entre os construtos por meio de um trabalho quantitativo e descritivo com o intuito de entender o fenômeno e não suas causas.

3.1 VARIÁVEIS DO ESTUDO

Com o intuito de confrontar as hipóteses do trabalho, foram utilizadas diversas escalas, dentro da proposta de um estudo a respeito do planejamento financeiro para aposentadoria dos respondentes em questão, para atender ao modelo proposto.

A variável atitude financeira foi mensurada pela escala de Potrich, Vieira e Kirch (2015) adaptada dos trabalhos de elaborados por Shockey (2002) e da OECD (2013).

A variável comportamento financeiro também foi mensurada pela escala de Potrich, Vieira e Kirch (2015), porém adaptado de Shockey (2012), O'Neill e Xiao (2012) e pela OECD (2013). A variável controle comportamental percebido foi mensurada pela escala de Silva et al (2014).

A fim de tipificar a percepção da plausibilidade da meta, o desejo de meta, o desejo de comportamento e a volição, utilizou-se como base o estudo realizado por Goecking (2006) adaptando sua escala.

O universo desta pesquisa foi composto por indivíduos de diversas regiões e variada faixa etária. O procedimento de coleta de dados, como especificado a seguir, garantiu uma variabilidade da amostra respondente, no período de 01 de novembro 2018 a 10 de fevereiro de 2019, totalizando 136 respostas válidas.

Os dados foram obtidos por um levantamento tipo *survey* realizado com um questionário estruturado elaborado via *Google Docs* garantindo o acesso via *internet* por qualquer respondente, promovendo a riqueza e a variabilidade da amostra. Os entrevistados tiveram contato com a pesquisa em sua maioria via redes sociais.

3.2 CRITÉRIO DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados de acordo com alguns procedimentos. Na exploração inicial dos dados verificou-se a de normalidade, homocedasticidade e multicolinearidade ($VIF < 5$) utilizando-se o software SPSS 22.

Posteriormente, foi realizada a modelagem de equações estruturais (MEE) por meio do *software* SmartPLS2.0, utilizado para estimar por meio dos mínimos quadrados parciais, com base em matriz de variância, recomendado a amostras reduzidas, modelos formativos ou reflexivos e distribuição não paramétrica. Ringle, Silva e Bido (2014).

Quando utilizada a MEE, constatou-se a validade convergente (cargas superiores a 0,7) e raiz quadrada da Variância Média Extraída (AVE $> 0,5$). Observou-se os valores de consistência interna (*alpha* de Cronbach $> 0,6$, e Confiabilidade Composta $> 0,7$). A validade discriminante partiu pela análise da AVE, em que raiz quadrada deve ser maior entre os construtos do que a sua correlação com os demais construtos. Na validade discriminante do modelo se verificou a matriz de *crossloadings*, cargas dos itens maiores nos seus respectivos construtos do que nos demais.

A fim de mensurar o ajuste geral do modelo após verificação do índice de adequação geral do modelo denominado *Goodness of Fit* (GoF), obtido pela média geométrica entre o R^2 médio (coeficiente de determinação) e a AVE média (GoF mínimo de 0,36 é adequado para estudos desenvolvidos nas áreas de ciências sociais), analisou-se os procedimentos de *bootstrapping*, ou reamostragem, para identificar os coeficientes de caminho onde valores críticos de *t* de *student* são 1,64 para $p < 0,1$, 1,96 para $p < 0,05$, 2,57 para $p < 0,01$, pois, valores inferiores a 1,64 serão não significantes (n.s.).

O teste de *blindfolding* foi utilizado para estimar o valor preditivo dos modelos elaborados, onde para $Q^2 > 0$ o modelo possui relevância preditiva, e Q^2 aproximadamente zero, ou menor que zero, não há relevância preditiva, e f^2 que mensura a utilidade do construto para a construção do modelo (0,012 possui pouca utilidade, 0,15 média utilidade, e 0,35 grande utilidade (HAIR et. al, 2014).

4. RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da fase empírica do estudo.

4.1 AMOSTRA

A idade média dos entrevistados foi de aproximadamente 34 anos. O respondente mais novo tinha 19 anos e o mais velho 67. Apesar da maior parte dos respondentes terem sido mulheres os homens também tiveram participação relevante na pesquisa sendo 46,3% do total da amostra.

Com relação à estrutura familiar dos respondentes, a maioria definiu seu estado civil como “casado” (49,3%), seguido de “solteiro” (37,5%), indivíduos que declararam união estável foram (11%), e (2,2%) como divorciado. A maioria (55,9%) declarou não ter nenhum dependente.

Com relação há quanto tempo trabalhavam remunerados a maioria (39,7%) declarou entre 6 e 10 anos, (18,4%) respondeu entre 11 e 15 anos, enquanto (30,9%) acima de 15 anos.

Do total de entrevistados (80,1%) declarou compor a renda familiar. Com relação à escolaridade a maioria declarou ter Ensino Médio Completo (50,7%), seguido de (29,4%) Pós/Mestrado/Doutorado.

Quando analisados os entrevistados de acordo com o seu poder de compra (ABEP) constatou-se o seguinte: 17% correspondem à classe A, 47% B1-B2, e 36% C1-C2. Em parte, o grande alcance das classes A, B e C, e o alcance nulo da classe D-E pode ser explicado pelo método de aplicação do questionário que pressupõe que o respondente tenha acesso à *internet*.

Ainda buscando identificar o nível de conhecimento financeiro dos entrevistados foi aplicado um questionário desenvolvido por Potrich, Vieira e Kirch (2015) sendo um índice que teve por base questões de múltipla escolha adaptadas de Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011), OECD (2013) Klapper, Lusardi e Panos (2013) e pela National Financial Capability Study (NFCS, 2013). Com base nas respostas 32,3% apresentaram baixo nível de conhecimento financeiro, 37,5% apresentaram nível mediano e 30,1% apresentaram alto nível de conhecimento financeiro.

4.2 ANÁLISE PRÉVIA DO BANCO DE DADOS

A análise inicial dos dados identificou que as variáveis não seguiam uma distribuição normal univariada (teste de *Kolmogorov-Smirnov* significativo ao nível de 5%) e não possuíam padrões de multicolinearidade (VIFs inferiores a 5).

Também foi constatada a ausência de normalidade o que reforçou o emprego da matriz de variâncias para a MEE com uso do software PLS.

4.3 ANÁLISE DOS INDICADORES DE AJUSTE E DOS CAMINHOS ESTRUTURAIS

O modelo foi testado com relação às variáveis independentes desejo de meta, percepção da plausibilidade da meta, volição, controle comportamental percebido, atitude financeira, comportamento financeiro e desejo de comportamento. Para ajustar o modelo estrutural para validação nomológica e busca de validade convergente e discriminante alguns itens foram suprimidos. Os índices de ajuste do modelo estrutural final foram satisfatórios conforme os critérios de análise estabelecidos e podem ser identificados na tabela 1. Apresentaram-se adequados os indicadores de consistência interna (alpha de *Cronbach* e confiabilidade composta).

CONSTRUTOS	AVE	CONFIABILIDADE	R ²	ALPHA DE CRONBACH
Atitude Financeira	0,736	0,847	-	0,652
Controle Comportamental Percebido	0,547	0,782	-	0,591
Comportamento Financeiro	0,622	0,929	-	0,913
Desejo de Comportamento	0,586	0,809	0,639	0,651

Desejo de Meta	0,843	0,915	-	0,813
Percepção da Plausividade de Meta	0,737	0,848	-	0,649
Volição	0,648	0,880	0,588	0,817

Tabela 1 – Indicadores de ajuste do modelo

$$AVE_{\text{média}} = 0,77 \quad R^2_{\text{médio}} = 0,639 \quad \text{GoF} = 0,83$$

Em todos os itens a AVE foi superior a 0,50, nestes casos podemos admitir que o modelo converge a um resultado satisfatório.

O Alfa de Cronbach, que mede a confiabilidade do modelo, deve apresentar resultado entre 0,60 e 0,70 para ser considerado adequado e entre 0,70 e 0,90 para ser considerado satisfatório. Na tabela acima podemos identificar que os resultados estão entre adequado e satisfatório, apenas no item controle comportamental percebido o resultado foi inferior a 0,60, mas chegou bem próximo apresentando 0,591.

Pode-se identificar a validade convergente do modelo estrutural estudado, posteriormente, estimou-se a validade discriminante com base nas cargas cruzadas (*crossloading*) dos construtos *versus* seus itens, com efeito adequado. Com a técnica de reamostragem *bootstrapping* se analisou a significância das cargas dos caminhos estruturais. Os resultados podem ser observados na Tabela 2.

Hipótese	Relacionamento	Coefficient e original	Erro padrão	Teste t	P-value	Status
1	Comportamento Financeiro -> Desejo de Comportamento	0,156	0,084	1,863	0,06	Aceita
2	Atitude Financeira-> Desejo de Comportamento	-0,313	0,069	4,553	0,00	Aceita
3	Controle Comportamental Percebido -> Desejo de Comportamento	0,007	0,064	0,106	0,91	Não Aceita
4	Percepção da Plausividade da Meta -> Desejo de Comportamento	0,147	0,076	1,931	0,05	Aceita
5	Desejo de Meta -> Desejo de Comportamento	0,532	0,059	8,979	0,00	Aceita
6	Desejo de Comportamento - > Volição	0,767	0,037	20,515	0,00	Aceita

Tabela 2 – Análise dos caminhos estruturais amostra

Valores críticos de t: 1,64 p<0,1; 1,96 p<0,5; 2,57 p<0,01 n.s. = não significante

A tabela 3 a seguir apresenta os indicadores de relevância preditiva (Q^2) e utilidade do construto (f^2) na construção do modelo proposto. O teste *blindfolding* aponta para a

capacidade preditiva do modelo testado. Indicadores de Q^2 acima de zero possuem validade preditiva, e indicadores de f^2 sinalizam a utilidade do construto na formação do modelo, de outra forma, se a omissão do construto resultaria em alteração significativa no coeficiente de determinação do modelo (R^2). Os valores críticos são 0,012 (baixa utilidade), 0,15 (média utilidade e 0,35 (grande utilidade).

Construto	Q^2	f^2
Atitude Financeira	-	0,230
Controle Comportamental Percebido	-	0,140
Comportamento Financeiro	-	0,486
Desejo de Comportamento	0,325	0,205
Desejo de Meta	-	0,418
Percepção da Plausividade da Meta	-	0,233
Volição	-	0,405

Tabela 3 – Relevância preditiva e utilidade ao modelo

Pode-se perceber que os itens *comportamento financeiro*, *desejo de meta* e *volição* são os que exercem maior influência sobre o planejamento financeiro da aposentadoria, pois apresentam resultados acima de 0,35. Os itens *atitude financeira*, *desejo de comportamento* e *percepção da plausividade da meta* tem média utilidade, e apenas o item *controle comportamental percebido* apresentou valores menores que a média de 0,15 mostrando média/baixa utilidade.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo proposto identificou a relação entre desejo de meta, percepção da plausividade da meta, volição, controle comportamental percebido, atitude financeira, comportamento financeiro e desejo de comportamento, validando o modelo teórico proposto.

Foi constatado entre os respondentes que a atitude financeira, que está diretamente relacionado ao conhecimento e educação financeira, exerce influência sobre o desejo de comportamento em relação ao planejamento financeiro da aposentadoria (-0.313; $t(136)=4,553;p=0$), quanto maior a atitude financeira do respondente, maior o seu esforço em relação ao planejamento financeiro da aposentadoria.

De acordo com os resultados, apenas a hipótese 3 não apresentou significância nas correlações e regressões, não sendo aceita para análise dos resultados. Sendo assim a teoria do controle comportamental percebido não relação direta com o desejo de planejamento financeiro da aposentadoria.

Este artigo não busca esgotar as possíveis influências que podem levar ao efetivo planejamento financeiro da aposentadoria, mas, sim, dar continuidade às pesquisas de Calixto (2007), Amadeu (2009), Braidó (2014), Dietrich e Braidó (2016), Felipe et al (2017), Kimiyaghalam et al (2017) e Gouveia et al (2018). Sabe-se que este fenômeno possui inúmeras causas que, muitas vezes, são subjetivas e difíceis de serem quantificadas. Todavia, a este trabalho coube estabelecer relações entre teorias já previstas e o planejamento financeiro da aposentadoria dos respondentes, principalmente no tocante a percepção da plausividade da meta, ao ciclo de vida financeiro, ao conhecimento financeiro e o desejo de comportamento. Naturalmente, indivíduos com pouca educação financeira possuem maior

dificuldade em controlar seus gastos e fazerem um planejamento financeiro consistente para aposentadoria. Este trabalho demonstra de forma estatística esta relação entre o ciclo de vida, a educação financeira, e o efetivo planejamento financeiro da aposentadoria. Contribui para futuras pesquisas ao demonstrar o impacto do desejo de comportamento no planejamento da aposentadoria, tendo em vista a forma como o modelo de pesquisa proposto foi comprovado. Indivíduos financeiramente educados, em uma última instância, tendem a planejar e sustentar esse planejamento da aposentadoria, tomando atitudes mais conscientes, evidenciando a importância do desenvolvimento de ações neste sentido.

REFERÊNCIAS

- Ajzen, I. (1991). The Theory of Planned Behavior. *University of Massachusetts at Organizational Behavior and Human Decision Processes* 50, 179-211.
- Amadeu, J. R. (Maio de 2009). A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. *UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista*, 89.
- Anderloni, L., & Vandone, D. (2010). Risk of Overindebtedness and behavioral factors. [Working Paper N° 25]. *Social Science Research Network*.
- Araújo, C. M., & Loureiro, S. M. (2014). O efeito da norma subjetiva, percepção de controle, atitude e experiência passada na intenção de compra de marcas de roupa de luxo no Brasil. *Tourism & Management Studies*(10), 103-110.
- Aviz, C. (2009). Demandas de educação financeira pessoal no ensino médio público e privado do Distrito Federal. *Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília*.
- Bagozzi, R. P., & Dholakia, U. (special issue 1999). Goal Setting and Goal Striving in Consumer Behavior. *Journal of Marketing*, 19-32.
- Becker, G. (1962). Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. *The Journal of Political Economy*, 9-49.
- Braido, G. (2014). Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul. *Estudo & Debate*, 37-58.
- Calixto, M. (2007). Finanças Pessoais: Estudo de Caso de um Planejamento Financeiro para a Aposentadoria. *Monografia do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina*, 73.
- Campbell, J. (2006). Household Finance. *The Journal of Finance*, 1553-1604.
- Cherobim, A. (2010). *O que são finanças pessoais*. Atlas: São Paulo.
- Claudino, L., Nunes, M., & Silva, F. (2009). Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. *Anais do SEMEAD - Seminários em Administração*.
- Costa, C. M., & Miranda, C. (2013). Educação Financeira e Taxa de Poupança no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 57-74.
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de Pesquisa em ciências de comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Dietrich, J., & Braido, G. M. (mai/ ago de 2016). Planejamento Financeiro Pessoal para aposentadoria: um estudo com alunos dos cursos de especialização de uma instituição de ensino superior. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(2), 29-52.
- Felipe, I. J., Ceribeli, H. B., & Lana, T. Q. (set/dez de 2017). Investigando o nível de alfabetização financeira de estudantes universitários. *RACE*, 16(3), 845-866.
- Filho, L. M., Batista, J. d., Cacho, A. d., & Soares, A. L. (abr-jun de 2017). Aplicativos Móveis e Turismo: Um Estudo Quantitativo Aplicando a Teoria do Comportamento Planejado. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 179-199.
- Flores, S., Vieira, K., & Coronel, D. (2013). Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. *Revista de Administração FACES Journal*, 13-35.
- Garcia, T., McCann, E. J., Turner, J. E., & Roska, L. (1998). Modeling the Mediating Role of Volition in the Learning Process. *Contemporary Educational Psychology* 23, Article No EP98982, 392-418.

- Goecking, O. P. (Abril de 2006). Comparação de Teorias da Ação para Explicar Intenções Comportamentais e Comportamentos Reais Correspondentes. *Universidade Federal de Minas Gerais.Faculdade de Ciências Econômicas. Departamento de Ciências Administrativas. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração*, 1-142.
- Gouveia, A., Souza, F., & Rêgo, L. (2018). Justiça Atuarial nos Cálculos Previdenciários: Aplicação de um Modelo Multidecremental para Comparação da Regra do Fator Previdenciário e da Idade Mínima. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 469-486.
- Huston, S. J. (2010). Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (s.d.). Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos>
- Kimiyaghalam, F., Mansori, S., Safari, M., & Yap, S. (March de 2017). Parents' Influence on Retirement Planning in Malaysia. *Family And Consumer Sciences Research Journal*, 45(3), 315-325.
- Klapper, L., Lusardi, A., & Panos, G. (2013). Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. *Journal of Banking & Finance*, 3904-3923.
- Lucci, C., Zerrenner, S., Verrone, M., & Santos, S. (2006). A Influência da Educação Financeira nas Decisões de Consumo e Investimento dos Indivíduos. *Anais do SEMEAD - Seminários em Administração*.
- Luquet, M. (2001). Guia valor econômico de planejamento da aposentadoria. *Globo*: São Paulo.
- Lusardi, A. (2007). Pension Plans and Financial Advice: Should Companies Follow IBM's Initiative? *Employee Benefit Plan Review*, 16-18.
- Lusardi, A., & Tufano, P. (2009). Debt Literacy, Financial Experiences, and Over-indebtedness. *National Bureau of Economic Research*.
- Macedo Junior, J. (2010). A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira.
- Mallmann, G. C. (2004). Estudo sobre a percepção da previdencia social e sua influencia na decisão de aderir a planos de previdencia complementar privada aberta. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul Escola de Engenharia Mestrado Profissionalizante em Engenharia*, pp. 1 - 143.
- Modigliani, F. (Jun de 1986). Life Cycle, Individual Thrift, and the Wealth of Nations. *The American Economic Review*, 76(3), 297-313.
- Modigliani, F., & Brumberg, R. (1954). Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data, Post-Keynesian Economics, New Brunswick, NJ, Rutgers University Press. 388-436.
- National Financial Capability Study (NFCS) (2013). Report of findings from the 2012. *Financial Industry Regulatory Authority (FINRA)*.
- Neri, M., Carvalho, K., & Nascimento, M. (Dezembro de 1999). Texto para Discussão (TD) 691: Ciclo da vida e motivações financeiras (com especial atenção aos idosos brasileiros). *Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea)*.
- OECD, C. (2009). Improving financial literacy: analysis of issues and policies. *Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento*.
- Organisation for Economic Co-Operation and Development .OECD. (2013). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender.
- Perugini, M., & Conner, M. (2000). Predicting and understanding behavioral volitions: the interplay between goals and behaviors. *European Journal of Social Psychology*, 30, 705-731.
- Potrich, A. G., Vieira, K. M., & Caretta, P. S. (set./dez de 2013). Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal o que é relevante? *RECADM - Revista Eletrônica de Ciência Administrativa* , 12(3), 314-333.
- Potrich, a., Vieira, k., & Kirch, G. (2015). Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 362-377.
- RINGLE, C., SILVA, D., & BIDO, D. (2014). Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. *Revista Brasileira de Marketing*.
- Schultz, T. (1961). Investment in human capital. *The American Economic Review* 51, 1-17.

- Silva, T. S., Gomide, C. S., Lima, A. T., Júnior, F. F., Roque, D. M., & Martins, A. H. (dez de 2014). Atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido uma população universitária em relação ao consumo de água: análise à luz da teoria do comportamento planejado (TPB). *XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA - CIGU*, 1-15.
- Teixeira, R. V., Pedreira, O. G., Reis Monteiro, P. R., Santos, D. O., & Cunha Moura, L. R. (22 a 26 de Setembro de 2007). Comparação de Teorias da Ação para Fundamentar Intervenções de Marketing Social. *XXXI EnANPAD*, 1-15.
- Van Rooij, M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2011). Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. *Journal of Economic Psychology*, 593-608.
- Vieira, S., Bataglia, R., Sereia, V., Ribeiro, M., & Lohmann, G. (2009). Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Paraná. *Anais do SEMEAD - Seminários em Administração*.